

**ATA**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Pavilhão Gimnodesportivo da Escola E.B. 2,3 de S. Torcato, na Vila de S. Torcato, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, atuaria a **Escola de Concertinas do Centro Recreativo, Cultural e Artístico de São Torcato**. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu aos elementos do Centro Recreativo, Cultural e Artístico de São Torcato a presença na sessão, felicitando-os pela qualidade e brilho da sua prestação. -----

De seguida, o Presidente da Câmara concedeu a palavra ao **Diretor do Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, Professor António Sousa**, que tomou a palavra lendo, em voz alta, um documento cujo teor se transcreve: "Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. Vereadores, Exmo. Srs. Presidentes de Junta, Exmos. Senhores Professores, Exmos. Convidadas e Convidados. É com um enorme gosto e incontido júbilo que me dirijo a todos vós no dia em que esta casa, pela

primeira vez, é palco de uma Reunião de Câmara. A todos cumprimento e saúdo, com desmedido orgulho e honra sem paralelo, aproveitando para vos dar as boas vindas e agradecer a vossa presença, tão honrosa quão estimulante. A Democracia reforça-se quando os cidadãos participam, quando os governantes decidem, quando os autarcas realizam, quando o poder é exercido com convicção e sem arrogância, quando as convergências se procuram com vontade e com seriedade, quando as divergências são assumidas com respeito, elevação e sentido de responsabilidade. A Liberdade defende-se quando temos a capacidade de respeitar os direitos dos outros, quando temos a capacidade de assumir as diferenças políticas ou de opinião como um salutar exercício de convivência e de pluralismo, quando temos a capacidade de abraçar e continuar a nossa terra. Está ao alcance de todos quantos não desistem de lutar por um futuro melhor, construir e ampliar uma corrente de confiança. É importante e fundamental que todos e cada um de nós marquemos uma posição forte na construção do futuro da nossa terra. É Imperioso que cada um não deixe que o seu descontentamento se encaminhe para o mar inconsequente da inação. Todos temos a responsabilidade irrecusável de engrossar o caudal do rio que pode e deve abrir o caminho a um verdadeiro e genuíno renascer do nosso concelho. É fundamental que, perante a realidade que vivemos, cada um sinta que fez tudo para que os Vimeanenses e os Torcatenses de amanhã, possam ter um futuro melhor. Mas é, igualmente, importante que nos mentalizemos que só juntos poderemos abrir o próximo grande capítulo da história desta grande terra. Um capítulo que deverá ser marcado pela convicção de que apesar de termos diferentes proveniências as nossas esperanças são comuns e igual o caminho que pretendemos



percorrer – o de um futuro melhor para as novas gerações. A terminar não resisto a citar José Saramago: “- A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa...O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.” Só assim poderemos continuar no caminho certo!...Só assim nos poderemos assumir como construtores do futuro!...Lembro-me, aquando da inauguração do Centro Escolar de S. Torcato, das palavras proferidas do Sr. Presidente da Câmara a um dos meios de comunicação que estavam presentes no evento, que queria ver Guimarães como uma referência europeia na área da Educação. Pois bem, o que lhe posso dizer, é que com esta iniciativa (trazer uma reunião de Câmara à escola) os alicerces já estão lançados. Muito obrigado. Viva Guimarães.” --

Na sequência, o Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Presidente da **Junta de Freguesia de S. Torcato, Dr. Bruno Fernandes**, que tomou a palavra tendo cumprimentado o Órgão Executivo, os Presidentes de Juntas de Freguesia presentes, os representantes das instituições e associações da Vila de S. Torcato e das freguesias envolventes, a equipa técnica da Câmara Municipal, todos os Torcatenses e Vimaraneses presentes. Em nome do órgão executivo da Vila de S. Torcato deu as boas vindas ao órgão executivo do Município, dizendo ser com muita honra e com muito gosto que são recebidos na Vila de S. Torcato. Disse

apreciar que o Órgão Executivo faça estas reuniões descentralizadas numa perspetiva de aproximação dos órgãos autárquicos aos cidadãos, felicitando e registando esta iniciativa e reiterando as palavras proferidas pelo Professor António Sousa de que é um gosto enorme poder receber nesta Escola a reunião do executivo camarário. De seguida, o Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato leu, em voz alta, um documento que a seguir se transcreve: "Sejam, então, bem-vindos à Vila onde Guimarães é mais Guimarães, onde as tradições são vividas de uma forma muito intensa, onde o culto ao S. Torcato é uma marca muito forte da nossa identidade. Sejam bem-vindos à Vila onde o folclore tem outro encanto, onde o artesanato é valorizado e incentivado, onde o bordado de Guimarães tem outra cor, onde a pedra é esculpida com mestria, onde ainda há latoeiros, onde o canto tem outra voz, onde o linho ainda se semeia, onde se aprende a tocar concertina, como aqui vimos estes jovens, e onde se aprende a tocar cavaquinho. Bem-vindos à terra da "Quininha Moleira", à terra da "Zefinha", à terra do "Zé Bolacha", da "Zefa Paqueta", do "Toninho Quica", do "Bruno", dos "Nogueiras", dos "Fernandes", dos "Martins", dos "Freitas", dos "Araújos", no fundo, de todos nós, de todos os Torcatenses. Sejam, então, bem-vindos à terra da qual muito nos orgulhamos e à terra que tem muito orgulho de ser vimaranense. A Vila também do associativismo, está aqui muito dele representado. A Vila onde o associativismo tem um pendor muito forte, onde tem uma atividade muito forte e que dá um contributo muito importante para o desenvolvimento da nossa Vila. No fundo, a Vila onde a participação cívica dos vimaranenses é sentida de uma forma muito especial. Aproveitando este momento, Sr. Presidente, queria dizer-lhe que, obviamente, não cometeria qualquer indelicadeza de vir aqui



apresentar propostas, fazer reivindicações ou dar sugestões à Câmara Municipal no âmbito da atividade da Junta de Freguesia. Não o faria, não faz sentido. Hoje é um dia de festa e é um dia onde eu tenho a noção de que essas questões são colocadas, como têm sido, pessoalmente, ao Sr. Presidente da Câmara. Mas não podia deixar, tendo esta pompa e circunstância e este orgulho de vos ter cá entre nós, de lançar um desafio ao órgão executivo do Município, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara. Esse desafio era, no fundo, de aproveitar todo este património cultural que a nossa Vila tem. E o desafio então é este Sr. Presidente: nós achávamos e tínhamos muito orgulho em que este órgão executivo classificasse a Vila de S. Torcato como Capital Municipal da Cultura Popular. E com isto quero dizer que entendo, entende a Junta de Freguesia, entendem todos os Torcatenses, que em S. Torcato vive-se a cultura vimaranense de uma forma especial, exerce-se essa cultura de uma forma muito especial. E o desafio que lançamos ao órgão executivo é precisamente este: classificar a nossa Vila como Capital Municipal da Cultura Popular. E que em 2016, assinalando este galardão, fosse elaborado um projeto de programação cultural que tivesse como ponto de partida esta raiz identitária que muito nos identifica, com uma envolvente concelhia, regional e nacional que demonstrasse a todos os vimaranenses aquilo que é sentido por todos os vimaranenses mas que é sentido de uma forma muito especial em S. Torcato. Deixo este desafio e termino deixando duas notas. Dizer que a Junta de Freguesia, naturalmente, privilegia o bom relacionamento institucional com a Câmara Municipal e com V. Ex.^a. Sempre foi assim, é hoje e quero que seja para sempre. Deixar esta nota de disponibilidade da Junta de Freguesia para continuar o trabalho que temos vindo a desenvolver e um trabalho que entendemos ser

positivo. E a segunda nota e última é desejar bom trabalho ao órgão executivo e dizer-vos, mais uma vez, que é com muito gosto que os recebemos e fazemos votos para que se sintam bem na Vila de S. Torcato, aquela que nós gostávamos que fosse a Capital Municipal da Cultura Popular. Muito obrigado a todos.” ----

O Presidente da Câmara disse ter registado a proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato informando que o assunto iria ser remetido ao Vereador José Bastos que, com a sua equipa, estudará a sugestão. -----

De seguida, o Presidente da Câmara saudou, especialmente, o Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato, Dr. Bruno Fernandes, bem como o Diretor do Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, Professor António Sousa. Cumprimentou, igualmente, a Presidente da Junta de Freguesia Aldão, Conceição Castro, o Presidente da Junta de Freguesia de Gonça, Eng.º Francisco Costa e Silva, o Presidente da União de Freguesias de Atões e Rendufe, David Patrício Araújo, o Presidente da União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, Daniel Filipe Macedo, o Reverendo Padre Valentim Gonçalves, o Juiz da Irmandade de S. Torcato e Presidente da Direção do Centro Social da Irmandade de S. Torcato, Dr. Novais de Carvalho, o Presidente do Conselho de Administração da Vimágua, Dr. Costa e Silva, o Presidente da Associação de Pais da Escola EB1 e Jardim de Infância do Mosteiro, Jorge Abreu, a representante da Direção da ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, Dra. Gabriela Nunes, o Presidente da Direção do Rancho Folclórico da Corredoura, Henrique Macedo, o Presidente da Direção do Rancho Folclórico de S. Torcato, o Presidente do Grupo Desportivo União Torcatense, Nelson Martins, o representante da Cooperativa Lage do Mocho, António Cardoso, o representante do



Agrupamento do CNE 28, São Torcato, Marta Silva, os professores da Escola E. B. 2,3 de S. Torcato, os alunos da Escola E. B. 2,3 de S. Torcato, os alunos da Escola de Concertinas do Centro Recreativo, Cultural e Artístico de S. Torcato e a Pastelaria "Doceminho", pela colaboração dispensada.-----

No seguimento, o Presidente da Câmara anunciou que iria ser apresentado um esboço do projeto de requalificação da EB 2,3 de S. Torcato. A propósito, informou que, não sendo competência da Câmara Municipal a execução de obras em edifícios de Escolas EB 2,3, a Câmara Municipal de Guimarães está a assumir a execução do projeto, a candidatura a fundos comunitários e, no limite, a assunção da comparticipação nacional do custo total da obra. Tomou, então, a palavra o Arq.º Artur Corte Real, Chefe da Divisão de Estudos e Projetos. -----

Terminada a apresentação do esboço do projeto de requalificação da EB 2,3 de S. Torcato o Presidente da Câmara disse que este é um programa funcional que está a ser trabalhado com a Vereadora da Educação e com o Agrupamento Escolar pelo que só depois de concertado é que será sujeito a concurso para projeto. Disse pretender que durante o primeiro trimestre de 2015 o programa funcional esteja concretizado para sujeitar à abertura de concurso para elaboração de projeto cuja conclusão está prevista para o terceiro trimestre de 2015, estando, assim, em condições de ser submetido a candidatura europeia de modo a ser obtida aprovação com os acordos com o Ministério da Educação. Disse, ainda, que, havendo sucesso em todo este trabalho, a obra poderá ser realizada no ano de 2016. -----

-----INTERVENÇÕES-----

1 – Vereador António Monteiro de Castro – Cumprimentou o Presidente da Câmara, Vereadores do Executivo, o Presidente da

Junta de Freguesia de S. Torcato e representantes das instituições presentes. Cumprimentou, especialmente, o Diretor do Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, anfitrião da reunião de Câmara de hoje, felicitando-o pela qualidade do edifício tendo em conta a sua robustez, demonstrando bem a atenção que tem dedicado na busca de uma oferta de qualidade e bem-estar aos professores e alunos. Ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato, dirigiu uma palavra de felicitação por esta importante Vila do concelho, sede de um relevante polo na área agrícola, religiosa, de feiras, artesanatos e costumes tradicionais. Felicitou, também, o Juiz da Irmandade de S. Torcato, Dr. Novais de Carvalho, pela forma brilhante como tem sabido servir a terra que o viu nascer, tomando uma instituição moribunda e dando-lhe nova vida, projetando e construindo novos equipamentos sociais e dando continuidade, senão mesmo conclusão, às obras do Santuário. Deu, também, uma palavra de felicitação aos representantes dos Ranchos Folclóricos de S. Torcato e da Corredoura pelo trabalho brilhante que têm levado a cabo, projetando o nome desta terra e da Cidade de Guimarães nos quatro cantos do mundo. Felicitou todos os presentes que, de algum modo, têm contribuído para o engrandecimento desta terra e para o alimento espiritual, na pessoa do Sr. Padre Valentim, que disse servir muito bem, em nome da Congregação do verbo Divino, esta terra com tradições importantes no plano religioso. No que diz respeito à apresentação do esboço do projeto de requalificação da EB 2,3 de S. Torcato começou por felicitar a opção. Disse ter visitado este edifício e ter boas referências quanto à qualidade de construção e à forte robustez, denotando, contudo, algumas patologias na área da cozinha onde são notórios assentamentos no terreno que criaram fissuras nas paredes.



Acrescentou que este programa funcional é importante para que não aconteçam erros como os que se verificaram, no passado, noutras escolas referindo, por exemplo, a EB 2,3 João de Meira. Continuou, referindo que esta explicação denota que se tenta adaptar a escola aos tempos atuais e às novas valências que se pretende implementar e que esta conversa deveria ter sido feita com o Diretor do Agrupamento e pessoal docente pois, no seu entender, quem conhece a vida da instituição no dia-a-dia é que tem espírito crítico para poder eventualmente fazer sugestões. No que respeita à intervenção no exterior, valorizou a eliminação de barreiras, a repavimentação e a drenagem de águas pluviais. Disse considerar importante a intervenção na envolvente, apontando como exemplos o telhado, as paredes e o isolamento da parede exterior. -----

2 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Relativamente à intervenção do Vereador António Monteiro de Castro disse que foram já realizadas várias reuniões com a Direção de Escola, pelo que o esboço do projeto hoje apresentado será ainda remetido à Escola para que sobre ele se pronuncie. -----

3 – Presidente da Câmara – Informou da existência de um terreno propriedade da Câmara Municipal, com a área de cerca de 6.000 m², situado junto ao Centro de Saúde de S. Torcato, que não está a ser aproveitado mas que pode ter uma função importante para o Centro da Vila, podendo transformar-se em zona de estacionamento ou zona multifuncional, pelo que os serviços técnicos municipais irão trabalhar no sentido de dar funcionalidade ao referido terreno. -----

4 – Vereador André Coelho Lima – Saudou o Presidente da Câmara, os Vereadores do Executivo, o Diretor do Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, Professor António Sousa, o

Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato, Bruno Fernandes, e restante Executivo, o Presidente da União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, Daniel Oliveira, o Presidente da União das Freguesias de Atães e Rendufe, David Patrício Araújo, e demais membros dos Órgãos Executivo, os Presidentes de Junta de Freguesia de Aldão, Conceição Castro, de Gonça, Francisco Costa e Silva, de Serzedelo, de Moreira de Cónegos, os deputados e deputadas municipais presentes, a Dr.^a Gabriela Nunes na qualidade de representante da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, o Presidente da Associação de Pais da EB1/JI de Mosteiro, o Juiz da Irmandade de S. Torcato, Dr. Novais de Carvalho, os dirigentes do Centro Recreativo, Cultural e Artístico de São Torcato, o Presidente do Grupo Folclórico da Corredoura, o Presidente do Grupo Folclórico de S. Torcato, o Sr. Padre Valentim, o Presidente do Grupo Desportivo União Torcatense, os professores e alunos presentes, a comunicação social e a equipa técnica da Câmara Municipal. De seguida, disse que esta é a única Vila desta região do concelho que agrega e assume a centralidade que é reconhecida e vivenciada pelas populações do Vale de S. Torcato. Reconheceu S. Torcato como um local onde se sente e respira Guimarães como em nenhum outro local acrescentado ter aprendido muito a ser vimaranense com S. Torcato e com o que foi conhecendo da terra que designa como o berço das tradições e da cultura popular do nosso concelho. Continuou, referindo que S. Torcato é uma terra com um movimento associativo muitíssimo forte e até inusual para a densidade populacional o que se manifesta nos vários eventos e festas levadas a cabo durante o ano. Disse que as diversas festas de cariz popular e tradicional fazem com que este local seja de tradição, apontando exemplos de eventos que têm entre si a



coerência de exibir o património tradicional e popular: Feira dos 27, Feira da Terra, Festivais de Folclore, Romaria Grande, Linhal da Corredoura e Festa das Colheitas. Descreveu, ainda, S. Torcato como a terra que alberga dois Grupos Folclóricos o que disse ser incomum tendo em conta tratar-se dos melhores Grupos Folclóricos, quer do concelho quer do país. De seguida, referiu-se ao resultado da votação do Orçamento Participativo para 2014 que elegeu um projeto da área de S. Torcato, expressão do envolvimento popular apreciável em torno das suas causas. A este propósito e considerando que apenas foi utilizada a verba de €225.000,00 do €1.000.000,00 disponível no orçamento da Câmara Municipal para o Orçamento Participativo de 2014, disse querer deixar o desafio de que a Câmara Municipal possa distribuir o valor remanescente de €775.000,00 por todas as freguesias segundo um critério rigoroso e equitativo tendo em conta o ratio de território e população, o que constituiria, a seu ver, um reforço para as finanças das freguesias do concelho. Por último, referiu a necessária repavimentação da ligação de S. Torcato a Rendufe pela zona de Segade, bem como a necessidade de dotar esta Vila de zonas de estacionamento de apoio ao Centro de Saúde e à zona envolvente do Cemitério. Do ponto de vista do desenvolvimento económico referiu a zona industrial situada na área da União de Freguesias de Selho e S. Lourenço e Gominhães e da freguesia de Penselo e com carências ao nível da pavimentação e da execução de saneamento. Terminou, agradecendo a presença de todos e elogiando a oportunidade de poder partilhar estas reflexões de forma descentralizada. -----

5 – Vereadora Maria Helena Soeiro – Leu, em voz alta, um texto, cujo teor a seguir se transcreve: "Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público presente e comunicação social. Antes de

mais, gostaria de cumprimentar todos os presentes, começando pelo nosso anfitrião, Prof. António Sousa e pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato, Dr. Bruno Fernandes, bem como as demais autoridades aqui presentes e, de um modo muito particular, os habitantes da Vila de S. Torcato. Queria ainda dirigir uma palavra muito especial a todos os professores e funcionários que exercem funções no Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, com os quais tenho o privilégio de trabalhar há mais de 10 anos e a quem devo muito do meu crescimento pessoal e profissional. E incluo, naturalmente, os que já não fazem oficialmente parte deste agrupamento mas que continuarão sempre entre nós, pelo muito que significaram nas nossas vidas e, principalmente, nas vidas dos nossos alunos e das suas famílias. S. Torcato foi, desde sempre, uma escola especial. E não me refiro apenas à arquitetura singular deste edifício, que surpreende quem nele entra pela primeira vez; S. Torcato tem um quê especial, que faz com que quem por cá passa queira ficar e que quem de cá sai queira sempre voltar. A alguns, nem a aposentação consegue afastar, como é o caso do professor Ferreira que, apesar de viver em Braga, continua a vir à escola 3 vezes por semana, não só para visitar os colegas mas porque escolheu ocupar o tempo livre de que agora dispõe apoiando os alunos com dificuldades desta escola! A preocupação com os nossos alunos, é de facto, partilhada por todos nós. Não é por acaso que o Sr. Presidente, ao escolher o local de realização destas reuniões abertas, opte sempre por uma escola. E é por eles, pelos alunos deste agrupamento, que faço esta intervenção, volvidos que estão já 3 meses desde o início do ano letivo. O início de cada ano letivo é sempre uma época de transição para as crianças e para as suas famílias, pelo que deve ser preparado atempadamente. Mas para



algumas das famílias deste agrupamento foi um início de ano desnecessariamente marcado por incertezas e angústias. Refiro-me às famílias dos alunos das freguesias de Gonça e Rendufe e digo desnecessariamente porque, de facto, toda a polémica que envolveu o encerramento destas duas escolas poderia ter sido evitada. Porque a Câmara teve conhecimento da decisão de encerramento destas escolas em março. Não se entende, pois, que em junho, ao reunir com as famílias não o tenha feito para abordar e solucionar todas as questões relacionadas com o transporte das crianças, o tempo de permanência no ATL e outras questões de igual modo relevantes, mas sim para anunciar que ia interpor uma providência cautelar contra o encerramento das escolas. Providência essa que só entrou um mês depois, em julho, altura de início de férias para a maior parte das famílias. Os habitantes de Gonça e de Rendufe tinham o direito de ir para férias com a vida organizada para os seus filhos iniciarem o ano letivo com as melhores condições mas, no início de setembro, não estava contratualizado o transporte das crianças para o centro escolar, não estava definido o regime e o local de funcionamento do ATL. A associação de pais de Mosteiro tinha-se organizado para receber as crianças de Gonça no ATL, mas ainda não sabia a partir de que dia e em que condições iriam frequentá-lo; e o primeiro dia de aulas, para os meninos de Gonça, acabou por não acontecer. Todas as transi É bom recordar que a escola de Gonça, tem vindo a degradar-se pela inexistência de obras de conservação, com o argumento de que não valia a pena investir numa escola que iria encerrar quando a construção do centro escolar estivesse concluída, o que aconteceu há já dois anos. O mesmo argumento foi utilizado consecutivamente para a falta de atribuição de equipamentos como, por exemplo, os quadros interativos com que

as outras escolas foram contempladas. Consequentemente, os alunos que até ao final do ano letivo 2013/14 frequentaram aquela escola não beneficiaram das mesmas condições de acesso ao sucesso educativo que as outras crianças, e esta situação vinha a repetir-se há pelo menos 8 anos, uma vez que as obras que se realizaram há 2 anos a fim de acolher as crianças do jardim-de-infância (que até à data funcionava nas instalações da junta de freguesia) não passaram de obras de remediação. Sr. Presidente, este é mais um ponto que nos une: fazendo minhas as suas palavras “se eu tivesse filhos em idade escolar e a Câmara garantisse o transporte, optaria pelo Centro Escolar de Mosteiro”, considerado o melhor desta região. Felizmente, o bom senso acabou por imperar, a Câmara assegurou as respostas necessárias, as famílias aceitaram e as crianças estão perfeitamente integradas no Centro Escolar de Mosteiro, beneficiando de todas as condições para que o seu percurso educativo seja um percurso de sucesso.” -----

6 – Vereador José Torcato Ribeiro – Cumprimentou o Presidente da Câmara, Vereadores do Executivo, entidades presentes, público presente e, de uma forma especial, os anfitriões da reunião de Câmara de hoje, o Diretor do Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, Professor António Sousa, e o Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato, Dr. Bruno Fernandes. Disse ter gostado imenso da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia referindo que aquilo que foi dito sobre a freguesia da qual é responsável corresponde àquilo que, segundo disse, pensa sobre a freguesia. Assim, afirmou que os habitantes de S. Torcato têm sabido valer de forma inteligente o seu apego à terra, considerando que esta Vila é um exemplo de que os portugueses e em especial os vimaranenses podem e sabem



preservar aquilo que os identifica e que os seleciona em relação a outros. Relativamente ao desafio lançado pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato de classificar a Vila como Capital Municipal da Cultura Popular disse que S. Torcato, no contexto do concelho de Guimarães, é a casa de memória que encerra em si todos os elementos identitários do apego à terra, pelo que manifestou o apoio da CDU. Disse ter gostado especialmente que o autarca de S. Torcato tivesse dito que o artesanato tem outro encanto e que os bordados têm outra cor na medida em que estes elementos são expostos integrados no meio, porque ainda há muito de ruralidade nesta Vila, que assume sem complexo e sem preconceitos as tradições. Assim, disse estar criadas as condições para que S. Torcato tenha futuro. Sobre a frase citada pelo Professor António Sousa - "A viagem não acaba nunca...", disse haver aqui alguma felicidade e analogia com aquilo que se diz das obras de S. Torcato, que também não acabam nunca. Continuou, lendo um pequeno texto de Alfredo Pimenta de 1953 para lembrar a necessidade de redesenhar a rua do Assento, bem como o Santuário, a Fonte do Santo e o Mosteiro. Considerando que tem sido descurado o trabalho de preservação patrimonial nos centros das freguesias, disse ser urgente pensar numa outra forma de estratégia de funcionamento dos caminhos e edifícios no centro de S. Torcato, por forma a dignificar e devolver originalidade àquele espaço. Por último, disse lamentar que hoje não tivesse sido apresentado um projeto de redefinição dos caminhos envolventes ao Santuário, lamentando, igualmente, o encerramento da Escola de Cantaria de S. Torcato, que constituiu uma mais-valia e teve consequências positivas na sociedade, tendo formado empresários e perpetuado uma arte. -----

7 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Começou por dizer que concorda com a intervenção da Vereadora Maria Helena Soeiro na medida em que a comunidade da Escola EB 2,3 de S. Torcato é muito específica e marca a vida de quem aqui exerce ou exerceu a sua atividade profissional. Em relação à turbulência criada pelo encerramento das escolas disse concordar em absoluto discordando, no entanto, do alvo, considerando que a única instituição que teve bom senso nesta questão foi a Câmara Municipal de Guimarães. Lembrou todo o processo relativo ao encerramento das escolas designadamente o contacto estabelecido com o Ministério da Educação no sentido de demonstrar algumas preocupações tendo em conta a nova configuração administrativa e o reordenamento da rede escolar, tendo sido solicitado, ao tempo, que fosse concedido ao Município o prazo de um ano para rever a carta educativa e apresentar, de forma proactiva, as soluções de encerramento. Disse, ainda, que a comunicação oficial do encerramento das escolas tinha sido comunicada em junho e que, após auscultação à população em causa, foram interpostas providências cautelares para contestar o encerramento das EB 1 de Souto S. Salvador, Rendufe e Gonça. Continuou, referindo que, independentemente da providência cautelar, a Autarquia tudo fez para que as comunidades escolares tivessem o apoio necessário no início do ano letivo, tendo sido assegurado o transporte dos alunos desde o primeiro dia de aulas. Por último, disse que decorreu tudo dentro da normalidade, comentando um telefonema do Diretor de Serviços da Região Norte do Ministério da Educação, Dr. Aristides Sousa, a agradecer a gestão que a Autarquia fez da situação. Por último, informou que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga ainda não proferiu decisão sobre as providências cautelares interpostas. -----



8 – Presidente da Câmara – Considerando a preservação do património referiu a urgência das obras levadas a cabo pela Irmandade de S. Torcato para estabilização da abóbada, manifestando a disponibilidade da Câmara Municipal para apoiar estas obras, dentro das suas capacidades. -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de dois Votos de Pesar, de acordo com os textos que a seguir se transcrevem: -----

VOTO DE PESAR – ENG.º JOSÉ MARQUES DO VALE – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 2 de Dezembro, faleceu o Sr. Eng.º. José Marques do Vale, Presidente da Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha desde 2010. Embora natural de Ermesinde, concelho de Valongo, escolheu o nosso concelho para exercer a sua vida profissional e social, tendo residido por longo período na freguesia de Sande S. Clemente. Para além das funções exercidas na Cruz Vermelha, prestou serviços relevantes noutras entidades, nomeadamente na Irmandade de Santo António e Escola de Pais Nacional. Cidadão muitíssimo estimado no seu meio profissional e social, foi relevante, igualmente, a sua entrega às causas de todos, característica do espírito de serviço com que enriqueceu as instituições por onde passou, constituindo vivo e forte exemplo do voluntariado social. Com esta reconhecida atividade, contribuiu para um concelho de Guimarães mais solidário e mais coeso. No momento do seu falecimento, e como testemunho e tributo ao percurso cívico e social do cidadão José Marques do Vale, propomos a aprovação de um voto de pesar.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----

VOTO DE PESAR – CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES – Presente a seguinte proposta: “Faleceu no passado dia 28 de Novembro, Cândido José Rodrigues, cidadão que muito contribuiu para o

desenvolvimento económico do concelho. Cândido José Rodrigues nasceu em Mértola no dia 8 de Maio de 1935, trabalhou no Algarve, Lisboa e Porto, vindo a radicar-se em Guimarães, na freguesia de S. Torcato, onde constituiu família e criou a sua própria empresa, "Cândido José Rodrigues", mais tarde conhecida pelas iniciais CJR. Este grupo empresarial vimaranense dedicado ao setor da construção que, fazendo uso do seu espírito empreendedor e lutador, Cândido José Rodrigues fundou e de que foi Presidente do Conselho de Administração, conta já com 44 anos e com cerca de 600 trabalhadores, sendo um dos mais internacionais do nosso concelho, detendo empresas em Espanha, França, Alemanha, Polónia, Roménia, Reino Unido, Chile, Jamaica, Angola e Brasil. Viveu afincadamente para o trabalho e para a família. Faleceu no passado dia 28 de Novembro, na terra que o acolheu há 46 anos, terra que tanto amava e da qual sempre falava com orgulho. Nesta hora de dor, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de pesar que será transmitido à sua família." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 5 de dezembro de 2014, que ratificou a decisão do Júri do Procedimento relativo à empreitada de "Salas de ensaio na garagem do Teatro Jordão – Urgezes", de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "O Júri do procedimento em epígrafe indeferiu, através da informação que prestou em 28/04/2014 e de que se anexa cópia, o pedido de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas apresentado pelo concorrente António da Silva Campos, S.A. no âmbito do procedimento de empreitada identificado em assunto,



com os fundamentos de facto e de direito nele mencionados. No entanto, verifica-se que o júri não detinha, neste procedimento, competências delegadas para o efeito, o que significa que aquele ato padece de um vício de incompetência, que pode, agora, ser ratificado pelo órgão com competência para a decisão de contratar, na situação em apreço, por despacho do Presidente da Câmara, que detém competências delegadas da Câmara Municipal para o efeito. Coloca-se, assim, à consideração superior que seja proferido despacho da ratificação daquela decisão, pelo Presidente da Câmara e que, do mesmo, seja dado conhecimento à Câmara Municipal. À consideração superior.” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador Amadeu Portilha, por não ter estado presente na reunião. -----

FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – FREGUESIA DE SILVARES – ANO DE 2014 – PRIMEIRO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara

Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Silvaes, para a execução de obras na zona envolvente do cemitério (espaço de apoio à Feira), bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €18.077,09. O Presidente da Junta de Freguesia informou não ser possível executar no presente ano as obras acima mencionados, pelo que solicita a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2015. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 09 de setembro de 2014, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2015, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2015, bem como a transferência da correspondente verba para 2015.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO - PROCESSO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA N.º 90/14 - RECURSO PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Jurídica: “**JÚLIO MARTINS FERNANDES**, titular do processo de informação prévia n.º 90/14, e ora recorrente, tendo apresentado um pedido de viabilidade da realização de uma operação urbanística no prédio sito na Rua 1.º de maio, na freguesia de Atães, com a área total de 2656 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães, sob o nº 46/Atães e inscrito na matriz urbana sob o artigo 364, e não se conformando com o despacho de indeferimento obtido, datado de 31 de Julho de 2014, dele vem interpor recurso para o Plenário da



Câmara Municipal, constante do documento que se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido (doc. 1). **1. ALEGAÇÕES DO RECORRENTE** - O titular do processo alega, em suma: - é apontada à operação urbanística que o recorrente queria ver aprovada a violação do disposto no art.º 9.º do Regulamento do PDM de Guimarães; - a verificar-se a violação à referida norma regulamentar do PDM de Guimarães, teríamos por consequência, a violação do disposto no n.º 1 do art.º 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. - entende o recorrente que não é, porém, verdade e consequentemente padece de vício de violação de lei o despacho impugnado. - Refere ainda que, se a única razão que motiva o indeferimento se prende com os alinhamentos dos edifícios existentes e confinantes com a rua 1.º de maio, não é aceitável que se diga que a pretensão viola o art.º 9.º do Regulamento do PDM porquanto, e no que respeita a alinhamentos, não existe no local qualquer outra edificação, pelo que não existe desalinhamento. - invoca, também, situações idênticas à que pretende ver aprovada noutros locais do concelho, pelo que entende que o despacho impugnado viola o princípio da igualdade, uma vez que trata situações iguais de forma diferente. - termina solicitando que o recurso seja julgado provado e, em consequência, ser o despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 31 de julho de 2014, substituído por outro que defira o pedido formulado. **2. O PROCESSO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA** - Em 21 de fevereiro de 2014 foi apresentado pela requerente Telma Patrícia Martins Félix Cunha, na qualidade de pretensa compradora do prédio supra identificado, um pedido de informação prévia para que lhe fosse informado sobre a viabilidade da realização de uma operação urbanística (construção de habitação própria), nos termos do n.º 1 do art.º

14.º do decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. A pretensão foi objeto de análise técnica e proposto o seu indeferimento com base no facto de que a intervenção que se pretendia levar a efeito é “passível de gerar uma situação urbanística desajustada e contrária ao princípio de intervenção dominante na área em causa (indiciando uma segunda frente de construção) ”. Esta proposta de indeferimento foi notificada à requerente que, em resposta, vem informar que desiste do pedido, formalizando a sua renúncia ao direito de se pronunciar no prazo de 30 dias, tal como lhe tinha sido notificado, e indicando que o proprietário do terreno passaria a pronunciar-se sobre as questões colocadas no processo. Na mesma data em que é apresentado esta comunicação, 5 de maio de 2015, é registada no processo uma exposição apresentada pelo proprietário do terreno, o Sr. Júlio Martins Fernandes, ora recorrente. Nesta exposição o recorrente solicita que lhe sejam facultados “os elementos necessários para conseguir uma compreensão objetiva do teor” do ofício que tinha sido enviado à então requerente Telma Cunha. Nesta exposição alega, entre outras, que se “revela ininteligível a causa que determina o pedido de informação prévia como desfavorável, pois o uso de expressões como “situação de interioridade” e “segunda frente de construção” no ofício supracitado são, por si só e na falta de uma definição material, deficientes para perceber com exatidão o contexto e o valor jurídico-urbanístico em que estas fundamentam a rejeição da pretensão”. Termina a sua exposição solicitando “a indicação dos termos em que a informação pode ser revista de forma a serem cumpridas as prescrições urbanísticas aplicáveis.” Em face desta exposição, os serviços municipais analisaram, novamente, o



processo e prestam a informação técnica constante do processo, a fls. 23, datada de 12 de maio de 2014, e na qual se conclui que a operação urbanística pretendida não é passível de enquadramento no regulamento do plano diretor municipal e que, ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de considera inviável a pretensão em causa. Notificados ambos os requerentes, apenas o agora recorrente apresentou resposta, em 19 de maio de 2014, onde expõe as razões pelas quais não concorda com a análise técnica do processo e apresenta eventuais situações similares, na envolvente, à que agora pretende ver deferida. Analisada, novamente, a exposição apresentada, os serviços informam que não são expostos argumentos urbanísticos relativos à pretensão em causam antes invocando “situações análogas” ocorridas noutras áreas do concelho, pelo que mantêm a posição anteriormente assumida. Notificado o recorrente, vem este novamente, com outra exposição, entregue no processo em 16 de junho de 2014, reiterando a sua posição e solicitando nova análise do processo. Posteriormente o recorrente apresentou mais três exposições, datadas de 8 de julho que foram objeto de análise jurídica tendo-se concluído que, independentemente dos argumentos apresentados pelo recorrente, que já não versavam apenas o processo, mas também as pessoas nele intervenientes, o procedimento deveria ter decisão final, através de ato administrativo, com a menção expressa e sucinta dos fundamentos de facto e de direito que lhe estivessem na base, informando-se, posteriormente, o recorrente de que da decisão haveria lugar a reclamação e recurso administrativo vem como contencioso. Nessa sequência foi proferido, pelo Vereador com competências subdelegadas, Amadeu Artur Matos Portilha, o despacho final de indeferimento da informação prévia, o que

ocorreu em 31 de julho de 2014. No dia 14 de novembro de 2014 deu entrada no processo o recurso hierárquico impróprio que agora se analisa. **3. APRECIÇÃO TÉCNICA** - Os serviços da Divisão de Urbanismo analisaram o teor do recurso hierárquico, tendo prestado a informação em anexo (doc. 2), que conclui pela manutenção da decisão de indeferimento proferida em 31 de julho de 2014, e agora posta em causa, pelas razões expostas nesta informação, que aqui igualmente se dão como reproduzidas. **4. ANÁLISE JURÍDICA - Da legitimidade do recorrente e tempestividade do recurso:** À luz do art.º 160.º do Código do Procedimento Administrativo o recorrente Júlio Martins Fernandes detém legitimidade no que concerne à interposição deste recurso hierárquico, por ser titular de um interesse legalmente protegido, a operação urbanística que pretende levar a efeito num imóvel de que é proprietário. A decisão que vem impugnada pelo presente recurso foi proferida pelo Vereador Amadeu Artur Matos Portilha, em 31 de julho de 2014, tendo a respetiva notificação sido recebida pelo recorrente em 14 de agosto de 2014, pelo que o recurso em análise é tempestivos atendo o disposto no n.º 2 do art.º 168.º do CPA e 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos. **Da decisão recorrida- competência:** Atendo o disposto no n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal a decisão a proferir relativamente aos pedidos de informação prévia. Por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013 esta competência foi delegada no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação. Nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências, datado de 2 de janeiro de 2014, esta competência encontra-se subdelegada no Vereador Amadeu Artur Matos Portilha. Assim, o presente recurso



deve ser submetido à decisão final da Câmara Municipal, de acordo com o estipulado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 34.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. **5. CONCLUSÃO** - Em face do exposto, verifica-se que o recurso hierárquico interposto se apresenta, a final, sem fundamentação válida, quer de facto, quer de direito, e em consequência: - deve ser indeferido o recurso hierárquico impróprio apresentado pelo recorrente, nos termos e fundamentos constantes da presente informação e dos documentos em anexo; - confirmar-se o ato recorrido, exarado pelo Vereador com competências subdelegadas, Amadeu Artur Matos Portilha, datado de 31 de julho de 2014, porquanto não infringiu qualquer norma legal e se encontra ajustado ao caso em apreço." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro, tendo o Presidente da Câmara usado o voto de qualidade após se ter verificado empate na primeira votação. -----

O Vereador Amadeu Portilha não participou na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ser o autor do despacho ora recorrido. -----

Os Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de indeferimento do recurso apresentado por Júlio Martins Fernandes, no processo de construção, informação prévia, num. 90/14, que mereceu o número cinco da Ordem de Trabalhos pelas seguintes

razões: As questões colocadas no recurso apresentado ao Executivo Municipal pelo interessado são questões de natureza técnica -urbanística, designadamente - que mereceram o competente tratamento técnico e surgem no processo devidamente fundamentadas, designadamente nos documentos juntos com o próprio recurso como doc.s nºs 1 e 2. O doc. nº 1, inclui a notificação do Despacho de indeferimento e a informação técnica que o fundamenta, e o Doc. Num 2 traduz a resposta a um pedido de esclarecimento suscitado pelo interessado, através do requerimento num. 2708/14. De ambas as informações resulta uma clara, inequívoca e fundamentada posição técnica que sustentou o ato administrativo de que se recorre. Mas é bom ter em conta que se recorre de um Despacho e não da informação técnica que o sustenta. Igualmente convém esclarecer que, em sede de recurso hierárquico para o executivo municipal de uma decisão desta natureza - um Despacho devidamente informado em matéria eminentemente técnica - não é possível tomar uma posição adequada e responsável que deixe de apreciar a decisão em apreço no que ela tem de mais essencial – precisamente o seu conteúdo técnico e legal. Dito de outro modo, não se pode escapar à análise da questão técnica com o argumento de que o órgão Executivo Municipal é um órgão político. É um órgão político, com certeza, com competência, entre outras, para apreciar recursos hierárquicos. E tendo o recurso por objeto uma questão técnica, seria porventura cómodo e seguramente desresponsabilizante, recorrer ao estatuto do político “que não tem por obrigação saber o que ao técnico compete” – utilizando, quem sabe, o jargão “ao técnico o que é do técnico, ao político o que é do político”. Não andou longe disto a argumentação utilizada pelos vereadores do PSD/ CDS na reunião de Câmara. É óbvio que não pode ser essa a



nossa posição. O que se nos pede, a nós Vereadores eleitos na lista do Partido Socialista, é que, como políticos e no quadro legal das competências que nos estão atribuídas, tomemos uma posição concreta sobre um caso concreto que temos obrigação de estudar, conhecer e, em face disso, decidir. Por uma razão simples, mas decisiva - quando nos atribuem competências, o que estão a atribuir-nos são, também e sobretudo, responsabilidades. E nós não fugimos às nossas. Isto posto, e como já se disse, o Despacho de que se recorre é sustentado em informação clara, inequívoca e fundamentada. É por isso um Despacho que contém esses requisitos, que lhe confere a informação, sendo legalmente válido e, como tal, de manter. Poderia não suceder e enfermar a informação de algum vício que afetasse o Despacho. Em abstrato, é obviamente de configurar uma tal possibilidade. Para isso servem os recursos. Para corrigir. Neste caso, porém, nada há a corrigir. O caso em apreço encontra previsão legal no art.º 9º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. Dele consta que "Nas áreas em que não existem planos de pormenor ou de alinhamento e cêrceas aprovadas, as edificações a licenciar nas zonas de construção ficam definidas pelo alinhamento das fachadas e pela cêrcea dominante do conjunto em que se inserem (...)" Neste caso, deve dizer-se, a pretensão do interessado viola expressamente o previsto no art.º 9º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. No caso em apreço, existe claramente um alinhamento dominante constituído por um conjunto de edificações destinadas a habitação com frente para a estrada, situadas numa linha paralela ao curso da Rua 1º de Maio, da freguesia de Atães. Não existe qualquer construção nas traseiras desses edifícios. A ser deferida a pretensão do requerente, concretizar-se-ia um desacerto no referido alinhamento, isolado e completamente à

revelia do existente. Admitir-se uma construção isolada num plano recuado daquele terreno, constituindo, pelo menos para já, uma clara violação do referido art.º 9º. E diz-se, pelo menos para já, porque, com prévio enquadramento, com os estudos necessários e planeamento condigno, não se exclui que, sendo aberta via pública a norte ou a nascente da parcela, venham a ser possíveis novas configurações daqueles terrenos que permitam novos alinhamentos, eventualmente compatíveis com esta e outras pretensões, sem ferir o regulamento e demais normativos vigentes. Mas não é essa a situação presente. A ser permitida hoje, surgiria uma construção desgarrada, isolada, em completa violação das regras citadas. Por isso falta à pretensão o conjunto das condições para ser deferida. Pelo menos para já. Do exposto também resulta esta consequência - não se pode afirmar que nada vale ser proprietário de um terreno de construção dominante se lá se não pode construir nada. Não. O que sucede é que existem normativos, desde logo os que resultam da lei e do PDM. E existe uma regulação que dá pelo nome de gestão urbanística. A pretensão de construir deve ter em atenção e deve cumprir estes comandos – de interesse público - sem os quais a construção se pode tornar desenfreada e totalmente desorganizada. Não se trata de opções subjetivas. Há regras bem objetivas, demonstráveis facilmente e bem conhecidas. Sucede assim no concelho de Guimarães. Os normativos em apreço são de interesse e ordem pública e estão preparadas para ser compatíveis com as pretensões particulares; mas nem todas as pretensões particulares se adequam àquelas previsões. Por isso existe a figura do indeferimento em matéria de licenciamento urbanístico. Por isso a lei atribui aos municípios a competência – que contem a responsabilidade- de, por vezes, se dizer que não. Nem tudo é



possível. É mais simpático dizer sim. Mas alguém ter de ser responsável pelo cumprimento das regras que asseguram os interesses de todos. Não se pode fugir a esta dura realidade. O conceito de propriedade plena, no sentido de cada um fazer o que quer na sua propriedade, já estava ultrapassado muitos séculos antes do que findou há 14 anos. Do que se trata é de perceber que também a propriedade tem limites, desde logo os que resultam do interesse público. É nestes limites que se situam os direitos do proprietário. Foi nesses limites que foi decidido. Evidentemente que um dos direitos do interessado é ser tratado por igual com os demais cidadãos, ou melhor dizendo, que ao seu prédio sejam concedidas as permissões semelhantes à que se atribuem em casos similares. O que vale para um prédio deverá valer para outro prédio em semelhante situação. Mas também falta razão ao recorrente na alegada violação do princípio da igualdade. O caso alegado em termos comparativos, situado na freguesia de São Torcato, configura uma situação em que dois prédios confrontam com a via pública sem que, da existência de ambos, resulte um claro alinhamento dominante. Não existe essa realidade do alinhamento dominante naquele local. O referente, que seria o alinhamento, não existe. E não se pode exigir que se tenha como referente uma coisa que não existe. Acresce que, no caso do invocado terreno de S. Torcato, se trata de uma área de cerca de 28.000 metros quadrados em que existem várias construções pré-existentes, recuadas e dispersas, compatíveis com o exercício da atividade agrícola e habitações, enquadrando-se a construção licenciada numa lógica que não se resume à pura operação imobiliária. Trata-se de pretender comparar o que é comparável. Mas, da comparação resulta que se trata de situações completamente diferentes. Do exposto decorre que o despacho

recorrido vem fundamentado em informação objetiva, clara e legalmente bem sustentada, qualidades de que se reveste o próprio despacho. E por isso votamos contra o recurso apresentado pelo interessado.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**. “É-nos presente um recurso para o Plenário da Câmara Municipal apresentado pelo cidadão Júlio Martins Fernandes relativamente ao processo de informação prévia nº 90/14. Cumpre-nos, sobre o presente recurso e declarando antecipadamente não ser esta uma opinião de natureza técnica, nem o poderia ser pois do recurso para o plenário da Câmara não se pretende que os vereadores emitam opiniões com fundamento técnico, tecer as seguintes considerações: Parece-nos desde logo haver aqui uma violação, ou grave inibição, do exercício pleno do direito de propriedade. Verificada a subjetividade da argumentação técnica que faz este assunto recair numa alegada violação do art. 9º do Regulamento do PDM, pergunta-se: como pode este proprietário utilizar a capacidade construtiva que detém este terreno? Isto porque, atentos os argumentos invocados, parece claro que nunca poderá a este proprietário ser permitido utilizar a capacidade construtiva que detém. Por outro lado, é notório que a argumentação técnica faz o assunto recair, apenas, numa alegada violação do conceito de alinhamento. Mas não percebe que alinhamento não é concretizado com a proposta de construção no terreno em causa sobretudo atendendo a que na linha do terreno em causa não existe qualquer construção lateral. Ou seja, não pode esta construção desalinhar com nenhuma outra se não existem outras. Poderão é, isso sim, as futuras edificações ter que ser alinhadas com a presente, mas não se vislumbra como



possa essa não cumprir com o alinhamento inexistindo outras edificações na linha de construção da presente. A não ser que entenda a opinião técnica que só pode haver alinhamento onde existam vias ou caminhos públicos o que, sendo o caso, merece a nossa frontal oposição. Sempre nos manifestamos contrários à desorganização urbanística que caracteriza a nossa região, assente em construção apenas à face da estrada (o designado "feísmo" assim caracterizado por alguma suposta intelectualidade técnica que considera característica desta região, e como tal a manter, esta forma de construção absolutamente não aconselhável, o que é uma opinião tão censurável quanto considerar as construções das favelas do Rio de Janeiro como típicas e, como tal, a preservar), sem arruamento interiores, sem a programação de zonas habitacionais, sem arruamentos com fim, de acesso apenas a essas zonas habitacionais, enfim, sem se fazer como se faz em toda a Europa civilizada. Por isso, não queremos crer que seja a este alinhamento que se refere a opinião técnica em análise. Não sendo, e não havendo qualquer "desalinhamento" por inexistirem outras construções na linha de construção do terreno em causa, não acompanhamos a consideração de que esta intenção de construção seja violadora da norma do PDM que exige o alinhamento das edificações. Por outro lado ainda, é alegada pelo cidadão em causa uma situação em tudo idêntica, mas na freguesia de São Torcato. Tratando-se aliás de um loteamento recente, aliás ainda nem totalmente edificado. E esta situação sim, já merece a nossa posição veemente. Porque se trata aqui de um conceito de justiça e equidade para o que nos sentimos absolutamente habilitados para nos pronunciarmos. E de facto, a situação existente em S. Torcato é em tudo idêntica à presente. Aliás, naquilo em que difere isso é até favorável ao terreno deste

cidadão. Porque nesta situação que nos é dada para analisar, apesar de haver uma construção atrás de uma primeira linha de construção, existe uma diferença de cota, o que significa que a construção posterior tem margem de visualização, inclusive, por cima da linha da frente de habitações. O que não sucede na outra situação reportada pelo cidadão – e curiosamente aprovada pelos serviços técnicos do Município – onde não havendo diferença de cota a habitação posterior não possui margem de visualização atendendo a que é “tapada” pela habitação que se encontra na primeira linha. Então se é assim, como se compreende que tenha sido autorizada aquela outra construção de S. Torcato e não esta em Atães, pretendida por este cidadão? Isso de facto não se compreende. Nem aderimos ao argumento das diferenças de área, porque se é verdade que o terreno de S. Torcato tem cerca de 28.000 m², é igualmente verdade que o terreno não é alinhado com as edificações da frente, ou seja, a extensão de área remanescente é praticamente toda para trás da edificação já autorizada na segunda linha, o que demonstra que não é a possibilidade de se fazer uma planificação urbanística mais alargada que pode justificar aquela aprovação, precisamente porque essa planificação seria sempre a partir duma terceira linha. Não colhendo esse argumento, em nossa opinião, não conseguimos obter justificação plausível para esta diferença de tratamento entre duas pretensões que, em nossa opinião, são iguais. As decisões da autarquia não podem estar sujeitas à discricionariedade da apreciação técnica, ela tem que ser unívoca, independentemente da opinião técnica subjacente, sobretudo quando essas opiniões tenham uma carga apreciável de subjetividade. Com base, essencialmente, num princípio de justiça e equidade – a que não podemos deixar de ser sensíveis – não



pode deixar de ser reconhecido a este cidadão idêntico direito ao que se reconheceu a um proprietário duma freguesia ao lado. Pelo que não acompanhamos a opinião técnica manifestada, sendo, em nossa opinião, merecedora de acolhimento a pretensão do cidadão Júlio Martins Fernandes, pelo que votamos contra o parecer técnico que nos é dado para apreciação e consequentemente a favor da pretensão do cidadão ao recorrer para o Plenário da Câmara.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RETIFICAÇÃO DO PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO ÂMBITO DAS AEC – Presente

a seguinte informação da Chefe da Divisão de Educação: “**1.**

Objeto: Aquisição de serviços técnicos especializados na área das artes performativas da dança e do teatro, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular. **2. Considerando que:** no pedido de parecer prévio aprovado em reunião de Câmara de 18 de setembro de 2014, para a aquisição dos serviços técnicos especializados indicados em Objeto não foi mencionado que ao valor da despesa de €35.000 acrescia IVA; o valor do IVA na aquisição de serviços é devido nos termos da alínea b), n.º 1, artigo 7.º, do Código do IVA, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro. **3. Proposta:**

Submete-se à consideração superior a retificação do pedido de parecer prévio aprovado em reunião de Câmara de 18 de setembro último, considerando os seguintes elementos: a) a despesa estimada é de €35.000 acrescida de IVA; b) a verba, para fazer face a esta despesa, está inscrita na rubrica 2.1.1.2.5802, referente a Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular, conforme declaração de cabimento em anexo. c) finalmente, informa-se que

aquele valor já contempla a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicável a esta situação por força do art.º 7.º do mesmo diploma legal e do 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Esta proposta de retificação pretende apenas incluir 8.050€ do valor do IVA à despesa aprovada na reunião de 18 de setembro passado, relativa ao pedido de parecer prévio para aquisição de serviços técnicos especializados no âmbito das AEC. O conteúdo desta deliberação não é, por isso, materialmente novo, nem tem a virtualidade de fazer ressuscitar uma discussão política que se não justificaria sobre matéria em que as diversas abordagens partidárias estão já claramente definidas. Assim, ainda que possa haver para alguns atores políticos a tentação de “chover no molhado”; limitamo-nos a reafirmar as razões já constantes da declaração de voto apresentada, quando da referida deliberação anterior, de 18 de Setembro último, onde referimos que o serviço contratado a prestar aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, pela Cooperativa “Oficina” no valor de 35000€, tinha o objetivo da concretização de um novo projeto que incluirá a coordenação horizontal destas atividades, o desenvolvimento da Dança e do Teatro em sete agrupamentos, e a promoção de espetáculos nestas valências que serão proporcionados à totalidade das crianças das EB1 dos



catorze agrupamentos do Município. Neste valor está incluído a formação para os docentes titulares de turma e técnicos das AEC, formação esta que pretende articular a componente de enriquecimento curricular, especificamente das Artes Performativas, com a componente curricular, pretendendo um desenvolvimento harmonioso e integral do aluno. Além desta formação, neste valor estão ainda incluídas deslocações dos alunos a espetáculos bem como a ida de artistas às escolas. A valorização da cultura e das artes tem sido, de resto, uma preocupação que o Município vem assumindo com um empenho só comparável à energia colocada pelos vereadores do PSD e do CDS em combater essa política, o que fazem em nome de uma suposta liberdade de cada decisor, neste caso, de cada agrupamento escolar, defendendo como que uma mão invisível que assegura o melhor dos mundos, quer se trate da gestão dos mercados quer da prática e do acesso às atividades culturais, ao invés da posição dos vereadores do Partido Socialista que continuam a defender a aposta, de um modo horizontal, em políticas culturais destinadas a promover o enriquecimento cultural homogéneo de todo o nosso concelho assumindo responsabilidades que se não limitam à de um espectador, ainda que atento. Neste caso concreto, trata-se de uma inovação relativamente às atividades desenvolvidas nos anos anteriores, que se pretende alargar nos próximos anos às crianças de todos os agrupamentos, logo que o ensino do Inglês, ainda englobado nas AEC, passe a integrar o plano curricular deste ciclo de ensino, como foi anunciado pelo Ministério da Educação. A Dança e o Teatro são componentes essenciais da formação artística e exigem formação especializada que naturalmente não pode ser apenas atribuição dos coordenadores dos departamentos curriculares dos agrupamentos. Além disso, na maior parte dos

agrupamentos de escolas não existe a disciplina de teatro e nenhuma delas tem a disciplina de dança, pelo que não se compreende como é que a articulação pode ser feita pela própria escola, nem numa vertente horizontal, nem numa vertente vertical. O objetivo da afirmação de Guimarães como Cidade da Cultura, deve passar, antes de mais, pela formação das pessoas e especialmente das crianças, formação de públicos e de criação cultural, a qual deve ser prosseguida com particular incidência na população escolar do 1º ciclo, numa perspetiva de equidade, abrangendo igualmente crianças do meio urbano e das freguesias da periferia do Município, o que se pretende alcançar com a presente proposta. Ao retificar, acrescentado o valor do IVA ao da despesa já aprovada, não se altera nada na linha e aposta política já assumida em Setembro último e ao longo de muitos anos. Constata-se, porém, e mais uma vez, a linha que diferencia uma política cultural ativa e empreendedora, de uma aposta voltada para a vontade de assistir de galeria ao livre curso dos meios no terreno, ainda que tal signifique, nas mais das vezes, uma clara inexistência de apostas culturais que consideramos indispensáveis. Pelo exposto os eleitos do Partido Socialista no Executivo Municipal votam favoravelmente este ponto.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores da coligação PSD/CDS-PP apresentaram, em 15 de maio de 2014, uma proposta de alteração da entidade proponente das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), por considerarem que a mesma, ao ser aprovada, daria resposta a um problema que subsiste há vários anos e que, no ano letivo transato, assumiu proporções inaceitáveis pelos prejuízos pedagógicos e financeiros que



acarretou para os alunos do concelho de Guimarães e para as suas famílias. No entanto, e apesar das repetidas evidências de ineficácia do modelo de gestão atual, a Câmara Municipal de Guimarães, persistiu na sua continuidade e votou contra uma proposta que defendia a entrega da gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular aos Agrupamentos de Escolas. Reiteramos que a planificação e articulação das AEC, pela sua natureza de complementaridade ao currículo, deve efetuar-se em sede de departamento curricular, cabendo a supervisão e o acompanhamento das mesmas aos órgãos competentes do agrupamento de escolas, nos termos do art.13º do Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho; no entanto, a Câmara Municipal de Guimarães, ao invés de pagar aos docentes contratados para o desenvolvimento das AEC as horas necessárias para garantir a sua presença nas reuniões de departamento, apresentou na reunião de 18 de setembro uma proposta de aquisição de serviços técnicos especializados, por ajuste direto, no valor de 35.000€, visando assegurar o desenvolvimento da Oficina das Artes! Considerámos inadmissível que a Câmara Municipal de Guimarães não reconhecesse aos coordenadores dos departamentos curriculares dos agrupamentos de escolas capacidade para coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Oficina de Artes; Considerámos inaceitável que a Câmara Municipal de Guimarães não reconhecesse aos técnicos que contratou o nível exigido de conhecimentos e formação especializados e experiência em artes performativas; Considerámos intolerável que a Câmara Municipal de Guimarães se dispusesse a gastar 35.000€ para pagar um serviço que já é feito, a custo zero, pelos docentes dos agrupamentos de escolas e pela maioria dos técnicos recrutados para assegurar as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º

ciclo do Ensino Básico. A que agora acrescem 8.050€, o que perfaz um total de 43.050€ para coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Oficina de Artes, da qual apenas beneficiam os alunos de 7 agrupamentos de escolas! Perante o acima exposto, votamos contra.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO - RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte informação: “**Objeto:**

Garantia da prestação de serviços de “Seguro Acidentes de Trabalho”. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados, devidamente certificados, em Reparação de Acidentes de Trabalho. Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual mapa de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta: 3.1.** Submete-se à autorização da Câmara Municipal, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10 do artigo 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2014 – LOE2014), a celebração do contrato de prestação de serviços referido, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de Reparação de Acidentes de Trabalho, de acordo com as competências e funções definidas no Decreto-Lei. n.º 503/99, de 20 de novembro. b) A despesa, para os quatro primeiros meses de 2015, estima-se em **€67.368,94**, já incluída a redução remuneratória, de acordo com o com o n.º 1 do art. 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art. 7.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Este valor está isento de IVA, de acordo com o n.º 2 do



artigo 9.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02. 02.12 correspondente ao ano de 2015; d) O procedimento a adotar para a formação do contrato deve ser o ajuste direto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; **3.2.** Dado que os dois procedimentos anteriormente abertos resultaram em não adjudicações, a abertura do presente procedimento torna-se urgente, de forma a garantir a prestação do serviço a partir de 1 de janeiro de 2015, pelo que se submete a ratificação da Câmara Municipal na próxima reunião o presente pedido de parecer.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PASSAGEM DE ANO 2014/2015 – CONCEÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE AMBIENTAÇÃO CENOGRÁFICA – Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a conceção/implementação do projeto de ambientação cenográfica para a “Passagem de Ano 2014/2015”. **2. Considerandos:** A contratação dos serviços mencionados revela-se imprescindível para a implementação e execução dos objetivos operacionais no período de pré-produção e produção executiva do evento; Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos nem consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), uma vez que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência em ambientação cenográfica para eventos em espaço público, bem

como todo o equipamento indispensável à sua produção não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços para a conceção/implementação do projeto de ambientação cenográfica para a "Passagem de Ano 2014/2015". b) A despesa estima-se em 25.200,00 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, depois de aplicada, sobre o orçamento apresentado de €28.000,00, a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicável a esta situação por força do art.º 7.º do mesmo diploma legal e do 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 09/020225, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, contratando-se a entidade DUBDIVISION COMUNICAÇÃO MULTIMEDIA LDA, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 24º do Código dos Contratos Públicos, atendendo à especificidade temática e intervenção artística em espaço público. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem



regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUIISIAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO RELATIVO AO TRAÇADO DA DENOMINADA REDE DE PERCURSOS CICLÁVEIS 1ªFASE (PISTA DE CICLOTURISMO – VEIGA DE CREIXOMIL) – Presente a seguinte informação do Chefe de

Divisão de Estudos e Projetos: “**1. Objeto:** contratação de um serviço para a execução do Levantamento Topográfico relativo ao traçado da denominada rede de percursos cicláveis 1ª Fase (Pista de cicloturismo – Veiga de Creixomil). **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência, nomeadamente em topografia; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços para a execução do Levantamento topográfico relativo ao traçado da denominada rede de percursos cicláveis 1ªFase (Pista de cicloturismo – Veiga de Creixomil), considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a realização do

Levantamento topográfico relativo ao traçado da denominada rede de percursos cicláveis 1ª Fase (Pista de cicloturismo – Veiga de Creixomil); b) A despesa anual estima-se em 12.000,00€ (doze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa só produzirá efeitos no orçamento do ano de 2015, pelo que será apenas solicitada a declaração para efeitos de adjudicação nos termos do nº 3 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO MULTIRRISCOS PARA O PAVILHÃO MULTIUSOS E CIDADE DESPORTIVA E RESPETIVOS CONTEÚDOS

– Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “**1 – Objeto:** Aquisição de serviços de seguro multirriscos para o Pavilhão Multiusos e para a Cidade Desportiva e respetivos conteúdos. **2 - Considerandos:** O Município é tomador de uma apólice de seguro multirriscos do



Pavilhão Multiusos e da Cidade Desportiva contratada no ano de 2003 e em vigor até 25 de março de 2015, com o capital total seguro atual de €15.456.524,00. O contrato vigente é anterior ao Decreto-Lei nº 18/2008, que aprova o Código dos Contratos Públicos; É de todo conveniente salvaguardar o investimento efetuado quer na construção, quer no apetrechamento dos edifícios e equipamentos em apreço; Tem-se vindo a constatar que os imóveis e respetivos conteúdos estão cada vez mais expostos a riscos outrora menos frequentes, nomeadamente os provocados por circunstâncias adversas inerentes a fenómenos climatéricos, furto ou roubo, riscos elétricos, danos à propriedade, atos de vandalismo, entre outros; É necessário atualizar o capital seguro face à aquisição de equipamentos que não constam do contrato vigente; Conforme recomendação da Inspeção Geral de Finanças a cobertura de riscos através de seguros é uma gestão prudente, que visa a proteção do património municipal. Os capitais a segurar e respetivos conteúdos são os constantes do quadro infra, resultantes do preço da empreitada, no que toca ao edifício, sendo que os dos conteúdos foram apurados pelo cadastro informático do imobilizado. -----

Edifício	Valor a segurar (empreitada)	Valor do mobiliário	Valor equipamento informático, elétrico e eletrónico	Valor de equipamentos desportivos e outros
Pavilhão Multiusos	9.216.376,86€	52.228,97€	35.581,88€	52.609,03€
Complexo de Piscinas	5.624.424,05€	30.922,51€	6.971,54€	22.588,23€
Pista de Atletismo	3.739.795,59€	6.216,42€	26.393,05€	89.028,87€
TOTAL	18.580.596,50€	89.367,90€	68.946,47€	164.226,13€
TOTAL A SEGURAR	18.903.137,00 €			

3 – Proposta - Submete-se à consideração superior a contratação de um seguro multirriscos para o Pavilhão Multiusos e Cidade Desportiva e respetivos conteúdos, identificados no quadro supra

e nos termos do caderno de encargos cuja minuta se junta em anexo. Ao abrigo do nº 11 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de seguro serviços de seguro multirriscos do Pavilhão Multiusos e da Cidade Desportiva e respetivos conteúdos. b) A duração do contrato é de **3 anos**, com início em 26 de março de 2015 e termo em 24 de março de 2018; c) Estima-se este contrato em **€34.200,00** (trinta e quatro mil e duzentos euros), isento de IVA conforme disposto no nº 28 do artigo 9º do Código do IVA, já com a aplicação da redução remuneratória prevista na alínea c), nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75 /2014, de 12 de setembro, assim repartido: ano de 2015 - €11.400,00; ano de 2016 - €11.400,00; ano de 2017 - €11.400,00. d) Atendendo a que o serviço a prestar só produzirá efeitos no orçamento de 2015, esta despesa será cabimentada para efeitos de adjudicação, nos termos do nº 3 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho; e) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de outubro; f) Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com carácter plurianual, deve a despesa que resulta deste contrato ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal conforme disposto alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. À consideração do superior.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA Nº 3-2014 - VENDA DE 11 VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA E UMA VIATURA DO MUNICÍPIO**

Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: "Conforme informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Espaço Público, e após conclusão de todo o processo administrativo legal por parte daqueles serviços, é solicitada a venda de 11 viaturas abandonadas na via pública destinadas a destruição e desmantelamento qualificado. É também proposta pela referida Divisão, a venda de um veículo operacional de marca Toyota, todo o terreno, que, decorrente do objetivo que orientou a sua aquisição ou do seu consumo e custo de conservação, se revela insustentável para o Município, mas que tem procura no mercado, podendo garantir um retorno financeiro superior ao do seu desmantelamento. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento ser submetido a aprovação da Câmara Municipal." O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DE S. FAUSTINO

Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: "A Associação de Pais e Encarregados de Educação da escola EB1/JI de S. Faustino através de correio eletrónico de 28 de novembro último, vem solicitar a cedência de um armário destinado ao armazenamento do material administrativo daquela Associação em virtude de não disporem de recursos financeiros próprios para a

sua aquisição. Em deslocação ao armazém da Divisão de Património Municipal, constatou-se a existência de um armário em madeira com portas de vidro que poderá ser disponibilizado. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à Associação de Pais e Encarregados de Educação da escola EB1/JI de S. Faustino, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao referido bem o valor de €80,00.

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Armário em madeira com portas de vidro	€ 80,00	€ 80,00

À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE - Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Ponte, vem solicitar a cedência de mobiliário para o apetrechamento das instalações da Loja Social de Ponte. Em deslocação ao armazém da Divisão de Património Municipal, constatou-se a existência de 2 secretárias, 1 mesa com tampo em madeira e 4 cadeiras rodadas forradas a napa que poderão ser disponibilizadas. Ainda de acordo com a informação da Divisão de Educação, uma vez que o material solicitado se destina a equipar a Loja Social de Ponte e que, embora em razoável estado de conservação, não responde às necessidades dos estabelecimentos de ensino, não existe inconveniente na cedência de uma bancada em inox, 3 armários estantes e 2 armários em madeira com estantes. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação àquela Junta de Freguesia, do



equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €1.010,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Secretária estrutura metálica preta com tampo em fórmica	€ 80,00	€ 80,00
Secretária estrutura metálica com tampo em madeira	€ 40,00	€ 40,00
Mesa estrutura metálica com tampo em madeira	€ 200,00	€ 200,00
4 Cadeiras rodadas forradas a napa	€ 15,00	€ 60,00
Bancada em aço inox	€ 300,00	€ 300,00
Armário estante em madeira com 2 portas inferiores	€ 100,00	€ 100,00
Armário vitrine em fórmica com 2 portas de correr em vidro	€ 35,00	€ 35,00
Armário em fórmica com 2 portas e 2 gavetas inferiores	€ 35,00	€ 35,00
2 Armários em madeira com estantes e 2 portas em vidro	€ 80,00	€ 160,00
Total		€ 1.010,00

À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES – Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Urgezes vem solicitar a cedência de um fotocopador que se encontra desativado no Centro Escolar de Urgezes e ainda a cedência de dez mesas e 20 cadeiras, destinados ao polo cultural da Vaca Negra. De acordo com a

informação da Divisão de Educação não há inconveniência na cedência do fotocopador Nashuatec MP2000LN nº série L7066600676, uma vez que o estabelecimento de ensino supramencionado dispõe de um novo fotocopador pelo que o anterior equipamento se encontra inativo. Ainda de acordo com a informação daquela divisão, poderão ser cedidas 2 mesas quadradas (baixas), 8 mesas duplas ref.27.03 (baixas) e 20 cadeiras de aluno (baixas) ref.01.03 uma vez que o município dispõe de algum material recolhido de escolas de 1ºciclo encerradas que, embora se encontre em razoável estado de conservação, não responde às necessidades dos estabelecimentos de ensino e o equipamento solicitado destina-se ao apetrechamento do polo cultural da Vaca Negra para o desenvolvimento da sua atividade cultural e social. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação àquela junta de freguesia, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €650,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Fotocopador Nashuatec MP LN2000 nº série L7066600676	€ 400,00	€ 400,00
2 Mesas quadradas (baixas)	€ 25,00	€ 50,00
8 Mesas duplas ref.27.03 (baixas)	€ 15,00	€ 120,00
20 Cadeiras de aluno ref.01.03 (baixas)	€ 4,00	€ 80,00
Total		€ 650,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----



ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – RECEÇÃO, DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA

– Presente a seguinte proposta: “No âmbito do contrato de concessão celebrado entre a AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave) e a SERURB (Serviços Urbanos, Lda.), atualmente SUMA (Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA), cujo objeto consistia na valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos no Vale do Ave, e, mais tarde, dos contratos com a RESAT (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA) e a REBAT (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega, SA), cujo objeto consistia na deposição de resíduos e refugos resultantes da estação de compostagem em aterros (celebrados com estas empresas em virtude do esgotamento dos aterros de Guimarães e Santo Tirso), foram celebrados os seguintes contratos: 1 – Empreitada de concessão de recolha dos resíduos sólidos urbanos, conceção e construção das instalações industriais de tratamento por compostagem, sua exploração e manutenção (contrato celebrado com a SERURB, atualmente SUMA); 2 – Prestação de serviços de receção, deposição e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos, refugos ou a tal equiparados, provenientes da estação de tratamento de resíduos sólidos urbanos (contrato celebrado com a REBAT e a RESAT); Entretanto, aquelas empresas reclamaram à AMAVE despesas provenientes dos contratos acima referidos, tendo o Conselho de Administração da AMAVE, em sua reunião de 22 de dezembro de 2006, deliberado imputar aos Municípios constituintes do Sistema Integrado de Resíduos do Vale do Ave (SIRVA), na proporção da sua participação, o valor resultante do acordo de regularização de dívidas da AMAVE à SERURB, atualmente SUMA, à RESAT e à

REBAT. Posteriormente, aquelas empresas cederam os créditos provenientes daqueles contratos à Caixa Geral de Depósitos, conforme contratos de cessão de créditos celebrados em 26/02/2007 e 13/08/2008. O Município de Guimarães, tal como os demais Municípios constituintes do SIRVA, foi, ao longo destes anos, procedendo aos pagamentos devidos, faltando, ainda, pagar a quantia de €615.395,00, conforme quadro seguinte valor que se propõe que a Câmara Municipal aprove transferir para a AMAVE: --

Descrição	GUIMARÃES	FAMALICÃO	S. TIRSO	FAFE	VIZELA	TROFA	Total
SERURB	492.249,04	133.116,90	345.989,44	91.886,60	104.084,70	359.142,68	1.706.503,65
REBAT	58.881,97	10.032,99	37.146,54	4.294,78	16.368,27	53.309,74	378.396,75
RESAT	63.884,36	10.816,16	40.368,79	4.628,13	19.356,88	59.308,13	198.362,46
SERURB	379,64	18,18	459,35	0,00	862,85	2.734,15	4.454,17
Total	615.395,00	153.984,24	423.964,12	100.809,51	140.672,70	474.494,71	2.287.717,03
Regularizado	0,00	145.432,47	385.340,36	100.809,51	94.365,47	289.351,50	1.015.299,31
Em dívida	615.395,00	8.551,77	38.623,76	0,00	46.307,23	185.143,21	894.020,97

*Poderá, em 2015, existir um acerto final de contas (inferior a €5.000,00), que venha a determinar nova transferência de verba, a qual deverá ser novamente aprovada pelo Órgão Executivo.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. ----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha e Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade. -----

PROTEÇÃO CIVIL - RETIFICAÇÃO DO VALOR DE COMPARTICIPAÇÃO PARA A CANDIDATURA DA CIM DO AVE AO AVISO POVT-36-2013-60 PARA "AQUISIÇÃO DE EPI - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS – Presente a seguinte proposta: "Em reunião de câmara de 30 de maio de



2013, foi deliberado por unanimidade aprovar a minuta de protocolo entre a Câmara Municipal de Guimarães, a CIM do Ave e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e das Taipas, para a candidatura da CIM do Ave ao aviso POVT-36-2013-60, a qual teve o propósito de adquirir equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais, entregue às respetivas corporações e com comparticipação do município de 7,5%. A essa data, o orçamento existente e o valor de candidatura cifrava-se em €54.704,00 com uma comparticipação de €4.103,00. No entanto, depois da adjudicação, o valor da candidatura baixou para €49.203,69, com IVA incluído. Assim, será necessário realizar uma retificação, conforme quadro em anexo, considerando que para além da alteração do valor de candidatura, o valor do IVA não é elegível para financiamento e deverá ser suportado na totalidade pelos municípios, pelo que o valor a suportar pela câmara municipal de Guimarães sobe para €12.200,92. Considerando que já havia sido cabimentado o valor atrás referido, de €4.103,00, vem agora para deliberação do executivo a diferença, no valor de €8.097,92.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo

de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **J.O.M, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **51%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **AVIÁRIO DO FORMAL – OVOS E DERIVADOS, UNIPESSOAL LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e



determinado a percentagem de **32%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **J.O.M., LDA, AVIÁRIO DO FORMAL – OVOS E DERIVADOS, UNIPessoal LDA**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO E DONIM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos Alunos da EB1 Donim, para o passado dia 03 de Dezembro a Briteiros São Salvador. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e por não haver

inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 14 de novembro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara para ratificação o pedido de apoio concedido.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – RATIFICAÇÃO DE PARCERIA COM A ADCL PARA PROGRAMA DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - CARTA DE CIDADANIA INFANTO-JUVENIL –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “O Município de Guimarães recebeu um pedido de colaboração institucional por parte da ADCL para a construção de uma Carta da Cidadania Infanto-Juvenil, documento programático para a participação das crianças na construção de respostas sociais, que constitui um projeto apresentado ao Programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian. Considerando que a colaboração neste projeto não constituía custos financeiros para o Município de Guimarães, consistindo apenas na dinamização e divulgação das atividades que o constituem, foi assinado contrato de parceria de modo a que pudessem integrar a candidatura a ser entregue até ao passado dia 3 de dezembro. Apresenta-se assim, para ratificação em reunião de Câmara, o referido Contrato de Parceria entre a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, a Câmara Municipal de Guimarães e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães, para a construção da Carta de Cidadania Infanto-Juvenil. À consideração superior.” A Carta da Cidadania Infanto-Juvenil dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - RASTREIO DO CANCRO DA MAMA -



CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A ACES - Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Ave solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de aproximadamente 16 mil mulheres, à sede da Liga Portuguesa Contra o Cancro em datas a agendar oportunamente. Este é um programa de rastreio a nível nacional. O Programa de Rastreio de Cancro da Mama (desenvolvido em estreita colaboração com os Cuidados de Saúde Primários) cobre atualmente toda a Região Centro do País (77 concelhos), bem como os distritos de Beja, Bragança, Évora, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real e concelhos dos distritos de Braga, Porto, Lisboa e Setúbal. Utiliza sobretudo unidades móveis que se deslocam de 2 em 2 anos aos concelhos e unidades fixas. São enviadas cartas-convites às mulheres em idade rastreável (45-69 anos) inscritas nas Unidades de Saúde para realizar uma mamografia (exame gratuito). Esse exame radiológico é estudado por 2 radiologistas que, em caso de dúvida, chamam a mulher a uma consulta clínica de aferição. Se subsistirem dúvidas, são encaminhadas para instituições hospitalares onde realizarão um diagnóstico final e, caso a suspeita se confirme, serão rapidamente tratadas. Assim, considerando que se trata de deslocações que visam a realização de exames complementares de rastreio do cancro da mama e pelo elevado interesse municipal, dado não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 04 de dezembro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para deliberação o respetivo pedido de apoio.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ENCONTRO DE SABERES - CEDÊNCIA DE

AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “Amélia Almeida Silva Gonçalves, em representação do grupo organizador do “ Encontro de Saberes” da freguesia de Sande (Vila Nova) solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de 100 seniores, no passado dia 19 de Novembro ao Espaço Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 04 de novembro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios remete-se para ratificação o respetivo pedido de apoio.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO -

NOVEMBRO DE 2014 – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL – OFERTAS PARA A CEIA DE NATAL DE S.

CRISPIM – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “A Câmara Municipal tem vindo a apoiar



anualmente a Ceia de Natal da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, uma instituição com recursos muito limitados que subsiste com dádivas sociais e que nessa noite acolhe pessoas carenciadas para uma tradicional consoada onde são distribuídos pequenos presentes. Submete-se, assim, para aprovação a aquisição de 150 cachecóis, bombons variados, bem como papel e fita para embrulhar estes presentes a oferecer a todas as pessoas que compareçam nessa noite no Albergue de S. Crispim, num valor total estimado de 500,00 euros (quinhentos euros). À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - FESTAS NICOLINAS 2014 - APOIOS – Presente a seguinte proposta: “Presente, para ratificação, a seguinte proposta: Na sequência do pedido formulado pela Comissão de Festas Nicolinas 2014, proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição dos seguintes apoios financeiros e logísticos, considerados essenciais à realização da próxima edição das Festas Nicolinas, como habitualmente de 29 de Novembro a 7 de Dezembro. Apoios financeiros: - Pagamento de subsídio no montante de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de 20 de fevereiro de 2014, e destinado a despesas globais incluindo a impressão do programa e pregões, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos; Outros apoios: - Atribuição do Prémio Câmara Municipal de Guimarães, composto por um conjunto obras didáticas a atribuir à Escola donde provenham os autores do melhor carro do cortejo das Maçãzinhas, de acordo com proposta aprovada pela Câmara em 2001; - Cedência de escavadora e ferramentas para o enterro do Pinheiro; - Cedência de viaturas para o cortejo das Maçãzinhas, em horário a combinar

com os serviços; - Condicionamento de trânsito e estacionamento no percurso do Cortejo do Pinheiro; - Autorização para realização do Cortejo das Maçãzinhas no Toural e condicionamento de trânsito necessário; - Oferta de camélias, se disponíveis no Horto Municipal, para decorar as capas e as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas; - Isenção de taxas para obtenção de licenças, de ruído e recinto.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA - CENTRO CULTURAL VILA FLOR – CEDÊNCIAS DE AUDITÓRIOS

– Presente a seguinte proposta: “Com o objetivo de viabilizar iniciativas de forte impacto público promovidas por entidades relevantes do Concelho, proponho a cedência dos seguintes espaços, nas datas indicadas, com isenção das respetivas taxas municipais de utilização: Data: 6 de dezembro (**PARA RATIFICAÇÃO**) - Espaço: Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor - Iniciativa: Danças de S. Nicolau - Promotor: Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães - Taxa de utilização: $3.750 \times 50\% = €1.875,00$ (iniciativa sem fins lucrativos); Data: 17 de dezembro - Espaço: Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor - Iniciativa: 92º Aniversário do Vitória Sport Clube - Promotor: Vitória Sport Clube - Taxa de utilização: $3.750 \times 50\% = €1.875,00$ (iniciativa sem fins lucrativos). Data: 27 de dezembro - Espaço: Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor - Iniciativa: I Festival Internacional de Guitarra de Guimarães - Promotor: Sociedade Musical de Guimarães - Academia de Música Valentim Moreira de Sá - Taxa de utilização: $1.600 \times 50\% = €800,00$ (iniciativa sem fins lucrativos) - A isenção de taxas aplica-se apenas à utilização do espaço e respetivos equipamentos pré-instalados. Eventuais necessidades e/ou serviços adicionais deverão ser acertados diretamente com a entidade comodataria do espaço. Deste modo, e para efeitos do



disposto na al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugado com a al. c) do n.º 1 do art.º 25.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o n.º 2 do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e a al. c) do n.º 3 do art.º 56.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, proponho a aprovação, e posterior submissão a aprovação da Assembleia Municipal, da isenção das taxas supra identificadas.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

AÇÃO SOCIAL - SOCIEDADE MUSICAL DE PEVIDÉM - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A

Sociedade Musical de Pevidém solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da sua Orquestra Juvenil no dia 28 de Novembro a Leça da Palmeira. Assim, considerando que se trata da realização de um espetáculo Musical de relevante interesse pedagógico e cultural, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por despacho a 11 de novembro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - PROPOSTA DE APOIO À ASSOCIAÇÃO CICLISMO DO MINHO PARA O PASSEIO NOTURNO DE NATAL - LUZES SOLIDÁRIAS – Presente a seguinte proposta:

“A Associação Ciclismo do Minho, em parceria com a Silves com Vida e a Vimaranes BTT, promoveram no dia 6 de dezembro um evento solidário, em Guimarães, intitulado “Luzes Solidárias” com o objetivo de apoiar a Associação de Apoio à Criança e as Oficinas

de São José. Tratou-se de um evento solidário de carácter desportivo – um Passeio Noturno de Natal – no qual contaram com a presença de dois ilustres ciclistas, Marco Chagas e o vimaranense José Mendes, como padrinhos da iniciativa. Sendo o propósito da organização que as receitas das inscrições revertam integralmente para as instituições beneficiárias, propomos que a Câmara Municipal atribua o subsídio de €250,00 (duzentos e cinquenta euros), de forma a suportar custos de organização como seguros, prevenção (ambulância), policiamento e outras taxas obrigatórias. Por se considerar um evento extraordinário de relevante interesse municipal, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, remete-se para deliberação a atribuição do apoio proposto.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

PÚBLICO – O Presidente da Câmara perguntou ao público presente se queria intervir, tendo-se inscrito um conjunto de cidadãos, cujas intervenções a seguir se enunciam.-----

António Magalhães - Perguntou ao Presidente da Câmara se considerava que a comunicação social tem sido isenta no período de tempo já decorrido deste mandato. -----

O Presidente da Câmara respondeu, dizendo que o elemento fundamental para a consolidação e aprofundamento de uma sociedade democrática é ter uma imprensa livre, não devendo o poder político interferir ou ingerir-se no seu funcionamento. -----

Presidente do Grupo Folclórico da Corredoura – Disse querer cumprimentar o executivo camarário, o Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato, o Diretor do Agrupamento de Escolas e



todos os presentes. Deu conhecimento das atividades que o Grupo Folclórico da Corredoura tem programadas, em Portugal e no estrangeiro, referindo o desejo de um dia se realizar em Guimarães o Festival do Comité Internacional de Organização de Festivais de Folclore. O Presidente da Câmara disse que o Grupo Folclórico da Corredoura e o Grupo Folclórico de S. Torcato são excecionais, acrescentando que, dentro das suas possibilidades, a Autarquia apoiará a realização de um Festival Internacional de Folclore em Guimarães. -----

Juiz da Irmandade de S. Torcato, José Novais de Carvalho –

Cumprimentou os presentes manifestando satisfação pela realização de uma Reunião de Câmara em S. Torcato. Em nome da Irmandade de S. Torcato, referiu os problemas estruturais do edifício do Santuário e as preocupações que daí decorrem, designadamente com as questões de segurança. Referiu a colaboração que tem sido prestada pela Universidade do Minho. Felicitou a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais com o projeto alcançado. Falou, também, sobre a campanha que está a ser promovida pelo Centro de Saúde da Amadora no domínio do rastreio do cancro da mama, que a Câmara aceitou apoiar, o que agradeceu. O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção. -----

Gabriela Nunes, da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais –

Disse que este tipo de iniciativas é excelente para a comunidade escolar, sendo mesmo uma lição de vida. Disse existir muitas realidades, sendo o centro urbano muito diferente do mundo rural. Reconheceu o apoio que a Câmara Municipal tem concedido à Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e o trabalho que tem sido desenvolvido por esta associação, em articulação com todas as entidades. -----

Vereador André Coelho Lima – Disse que a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais será sempre necessária como projeto cultural, de salvaguarda de tradições. Sobre as obras referidas pelo Juiz da Irmandade de S. Torcato disse ser uma situação preocupante mas que por certo será acompanhada pela Câmara Municipal. Disse considerar a organização do Festival do Comité Internacional de Organização de Festivais de Folclore uma excelente iniciativa. -----

Presidente da Câmara - Disse que a Câmara Municipal está e continuará atenta a S. Torcato, às suas dinâmicas e à sua expressão cultural. Disse que os recursos são poucos, mas que, com racionalidade e muito trabalho, irá ser conseguido um futuro promissor para esta Vila do concelho. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião descentralizada se realizará na Vila de Lordelo, em data a anunciar. -----

PELAS DOZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----